



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## (Re)pensando a Revolução Inglesa do século XVII

Por: Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos<sup>8</sup>  
[eduardo.vasconcelos@gmail.com](mailto:eduardo.vasconcelos@gmail.com)

&

Rubem Maciel Franklin<sup>9</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho aborda o processo histórico que culminou com a Revolução Inglesa do Século XVII. Tema clássico nos estudos históricos, em especial pela ascensão da burguesia ao poder e suas consequências para o mundo contemporâneo; o trabalho discorre, inicialmente, sobre os antecedentes e, posteriormente, sobre o desenvolvimento da Revolução Inglesa do século XVII, mostrando quais os atores, instituições e interesse que estavam em jogo ao longo de intensos e acaloradas disputas e conflitos embasado, principalmente, na historiografia inglesa que reconsiderou os limites e possibilidades desse processo revolucionário e suas implicações.

**Palavras-chave:** Século XVII; Revolução Inglesa; Burguesia.

### Resumo

*Tiu papero diskutas historian procezon kiu kulminis en la Anglan Revolucio de la XVII-an jarcento. Klasika temo en historiaj studoj, precipe, la pligrandiĝo de la burĝaro al potenco kaj ĝiaj konsekvencoj por la nuntempa mondo; la papero diskutas, unue, pri antaŭaj, kaj, poste, la disvolviĝo de la Angla Revolucio de la XVII-*

---

8 Doutorando em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestre em História da Ciência e da Saúde pela Sociedade de Promoção da Casa Oswaldo Cruz – SPCOC e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC. É servidor público estadual, docente efetivo da Universidade Estadual de Goiás – UEG. É Coordenador do Projeto de Pesquisa A Ciência em ação: história, medicina e saúde na viagem científica de Norte a Sul de Goiás – 1912. Autor de artigos científicos em periódicos nacionais. Organizador do livro “Novos caminhos em velhos mapas: cultura, política & historiografia” (2014), co-autor do livro “História e Educação: o que é possível?” (2011), no livro “Ceará: Economia, Política e Sociedade – séculos XVIII e XIX” (2011),

9 É doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF, especialista em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

*an jarcento, montrante kio aktoroj, institucioj kaj interesoj, kiuj estis en ludo dum intensa kaj varmigita kverelojn kaj konfliktojn bazitaj, ĉefe, en la angla historiografio ke rekonsideritaj limojn kaj ebloj de ĉi tiu revolucia procezo kaj ĝiaj sekvoj.*

**Ŝlosilvortoj:** XVII-an jarcento; Angla revolucio; Burĝaro.

### **Abstract**

*This paper discusses the historical process that culminated in the English Revolution of the seventeenth century. A classic theme in historical studies, in particular by the rise to power of the bourgeoisie and its consequences for the contemporary world; the paper, initially, discusses the background and, after, on your development of revolution, showing which actors, institutions and interests that were at stake over intense and heated disputes and conflicts grounded mainly in English historiography that reconsidered the limits and possibilities of this revolutionary process and its implications.*

**Keywords:** XVII Century; English Revolution; Bourgeoisie.

### **Introdução**

No transcorrer do século XVII, um intenso processo revolucionário desencadeou profundas transformações sociais, políticas e econômicas na Inglaterra.

A autoridade divina do poder real foi contestada, bem como os antigos direitos sobre a posse da terra e o controle ideológico imposto pela Igreja Anglicana; nos campos ingleses, elementos da pequena nobreza rural, a *gentry*, enriqueciam, abrindo caminho ao liberalismo e ao “lento” e “complexo” desenvolvimento do capitalismo. Esse processo ficou conhecido como Revolução Inglesa.

Na explicação da historiografia “tradicional”, a revolução representou a queda da velha ordem feudal e a passagem do poder para as mãos de um novo



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

grupo social (a burguesia), após uma guerra civil entre parlamentaristas e realistas, ignorando assim a participação dos grupos radicais, ou seja, os representantes dos grupos populares. Estes sujeitos desprezados constituíram os “não ditos” do tradicionalismo historiográfico, ou seja, os “Excluídos da História”, nos termos utilizado pela historiadora francesa Michele Perrot, designando os grupos sociais constituídos por: mulheres, operários e prisioneiros não trabalhados ou desconsiderados pela historiografia tradicional (PERROT, 1988).

O tradicionalismo historiográfico também afirma, erroneamente, que as razões dessa disputa (partidário da velha ordem contra os partidários dos novos grupos sociais) podiam ser encontradas no que o grupo político denominado de *leaders* dizia sobre as razões dessa contenda. No entanto, o historiador inglês Christopher Hill reverberando a atual concepção de história é enfático ao nos dizer que: “As causas da Guerra Civil [Inglesa] devem ser procuradas na sociedade, não nos indivíduos” (HILL, 1985, p. 15).

### **Transfigurações sociais e econômicas**

Para entendermos esse processo revolucionário, é importante ter em mente as modificações ocorridas na economia e na sociedade inglesa entre os séculos XV e XVII, período em que a Inglaterra foi governada pela dinastia Tudor (1485 a 1603) e os principais soberanos foram Henrique VIII (1491- 1547) e Elizabeth I (1533-1603) que estabeleceram a Igreja Anglicana.

No início do século XVII a sociedade inglesa era predominantemente rural, período em que a população vivia em comunidades locais isoladas, produzindo lã e víveres para o próprio consumo. As terras eram cultivadas visando o sustento familiar e passavam de pais para filhos. Os camponeses, por sua vez,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

exploravam seus lotes em faixas dispersas pelas propriedades senhoriais, utilizando também as terras “comunais” dos domínios senhoriais para caça, pasto e obtenção de madeira, pagando ao senhor uma renda em trabalho ou víveres pelo uso da terra, num sistema denominado de *aforamentos*.

Gradualmente, a partir do século XV, essa forma de organização passou a sofrer modificações. Os gêneros agrícolas e as lãs produzidas começavam a ser vendidos em mercados mais amplos suscitando o crescimento das relações comerciais coloniais, principalmente com a comercialização dos tecidos ingleses e, concomitantemente, o desenvolvimento das relações monetárias entre senhores e arrendatários, elevação dos preços e a venda de terras confiscadas junto à Igreja Católica. Assim:

Os que tinham dinheiro começaram a criar grandes rebanhos de carneiros, a produzir comida para este mercado mais vasto, quer nas suas propriedades, quer em terras arrendadas (HILL, 1985, p. 26).

Nesse sentido, a fácil obtenção da lã impulsionou a indústria têxtil, que se espalhou pelas aldeias através do “sistema doméstico” de produção, o “*putting-out-system*”, pelo qual o trabalhador detinha o controle do processo produtivo, porém, dependia de um patrão que pagava seu salário e vendia o produto no mercado, fugindo assim da vigilância e controle impostos pelas guildas nas cidades. Esta é considerada a fase de pré-revolução industrial do capitalismo, a qual o pensador prussiano Karl Marx (1818-1883) denominou de *manufatura*. (CATANI, 1983, p. 49-56; DECCA, 1987, p. 20-25)

À medida que o comércio de lã e a produção de alimentos se intensificavam, para abastecer as áreas urbanas, a terra transformou-se num alvo cobiçável ao investimento de capital. Os nobres rurais (*gentry*) e proprietários de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

terras, ávidos por dinheiro, iniciaram, então, os “*enclousures*”, ou seja, os cercamentos de seus domínios, expulsando impiedosamente os camponeses e consolidando suas faixas de terras dispersas. Os “*enclousures*” objetivavam, sobretudo, converter as terras agricultáveis em pastagens para a criação de ovelhas, no intuito de atender às necessidades crescentes do mercado têxtil em expansão. Sem acesso a terra, os camponeses migraram para as urbes, transformando-se numa “leva” de indigentes e desempregados, a mão-de-obra barata das pequenas fábricas que surgiam.

Muitos registros reverberaram essas transformações sociais, um bom exemplo disso é o livro *A Utopia* do escritor Thomas Morus (1478-1535), que na obra citada ressaltou que:

Em qualquer lugar da Inglaterra onde se produz lã, os nobres, os ricos e até os abades disputam os campos de modo feroz (...). Eles retiram vastas extensões de terra da agricultura e as transformam em pastagens; abatem as casas, as aldeias, deixando o templo... para os carneiros. (...); enquanto cultivadores honestos são expulsos de suas casas, uns pela fraude, outros pela violência, (...). Os infelizes (...) não tardam em ser atirados na prisão como vagabundos (MORUS, s/d, p.44-46).

Os cercamentos, dessa forma, modificaram os domínios há muito estabelecidos, revogando os direitos tradicionais de utilização das terras. Os aforamentos, por sua vez, incapazes de fornecer as novas rendas exigidas pelo mercado, foram sendo transformados em arrendamentos. Era mais lucrativo ao senhor das terras arrendá-las a preços exorbitantes que receber um pagamento em espécie ou trabalho.

As regiões Sul e Leste da Inglaterra vincularam-se a produção de lã e alimentos, cujos preços estavam em ascensão. Os proprietários colocavam seus produtos à venda no mercado, ou arrendavam suas terras a um agricultor



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

interessado na produção mercantil. As terras se valorizavam, adquirindo caráter de uma mercadoria, sendo viável sua venda, compra ou arrendamento, ficando a critério do proprietário.

Os lucros obtidos no comércio e na exportação de mercadorias passaram a ser investidos em terra, por elementos que haviam prosperado nos negócios urbanos e/ou nas têxteis das aldeias. Despontou, assim, um novo grupo de proprietários rurais, os “agricultores capitalistas”. Dessa maneira, o capital acumulado nas cidades era aplicado na exploração comercial da terra.

Segundo o economista britânico e estudioso da história do capitalismo Maurice Dobb (1987, p. 181-189), esse investimento de “acumulação primitiva”, pela qual ocorria a transferência de bens e propriedades, de uma classe em declínio (aristocracia feudal) para uma nova classe (burguesia) foi bastante enteso nesse momento. Para Dobb, essa transferência acontecia através da compra e revenda das terras, das hipotecas, coerção de pequenos proprietários, instituições bancárias, acúmulo de metais preciosos e a inflação dele resultante.

Além da indústria têxtil, ainda desenvolveu-se na Inglaterra do século XVI, a produção de ferro, carvão, vidro, sabões e etc. Nesse contexto, percebemos como a expansão comercial e industrial atuou sobre as transformações agrárias, na proporção que a maior produção de lã e alimentos, visava atender as crescentes necessidades das áreas urbanas.

A proliferação do capital mercantil dividiu os ricos proprietários de terras em grupos antagônicos. De um lado, a alta nobreza, defensora dos costumes feudais, apoiada na monarquia e no clero anglicano. Do outro, a burguesia urbana, os “agricultores capitalistas” e a gentry, que já “(...) não era apenas uma classe de proprietários agrícolas, era uma ideologia em expansão” (ARRUDA, 1984, p. 40);

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

favoráveis aos cercamentos, livre comércio, puritanismo e vinculada ao Parlamento.

A riqueza da burguesia tornou-se um perigo crescente à Coroa. Enquanto os que produziam para o mercado enriqueceram, os que possuíam rendas fixas (aristocracia feudal, bispos e Rei) ficavam relativamente mais pobres, assim como os camponeses e os trabalhadores assalariados.

### **Tensão e (Trans)formação**

No final do séc. XVI, a chamada dinastia dos Stuarts ascendeu ao poder, assim Jaime I (1566-1625) e Carlos I (1600-1649) governaram despoticamente de 1603 a 1640, período esse em que o Parlamento foi dissolvido. Preocupados em conter a expansão mercantil, incentivaram a ação das guildas nas cidades e os aforamentos nos campos, além de aplicar altos impostos, empréstimos forçados e monopólios sobre as indústrias a fim de revitalizar as finanças da Coroa.

A recusa ao pagamento dos impostos pela burguesia, a alta dos preços e a invasão escocesa, acentuou a crise econômica de 1640, a qual levou a monarquia à decadência.

Na sua política de valorização da beleza externa do culto religioso, Carlos I tentou impor o ritual anglicano à calvinista Escócia. Em 1639 um exército escocês invadiu o Norte da Inglaterra, (...). O exército enviado por Carlos I acabou por se unir aos insurretos e reclamar o pagamento de seus soldos. Isto colocava a monarquia diante de uma falência iminente. Não restava outra alternativa a não ser reunir o Parlamento, (...). Tinha início a Revolução Puritana de 1640 (ARRUDA, 1984, p.73).

Além dos atritos com o Rei, o próprio Parlamento estava fragmentado. A grande burguesia temia a sublevação das massas, na qual estavam apoiados os grupos mais radicais do Parlamento, sentindo a necessidade de uma monarquia,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

porém, reformada, capaz de atender seus interesses e controlar a animosidade dos populares.

As tensões culminaram em uma Guerra Civil (1642-1649), entre parlamentares (Cabeças redondas) e realistas (Cavaleiros), na qual os grupos pobres e os plebeus, levantaram-se sob a égide dos movimentos radicais (*Levellers & Diggers*), conforme Hill (1985).

Os *Levellers* representavam os membros da pequena burguesia (pequenos proprietários e artesãos ricos), idealizavam a criação de uma democracia pequeno-burguesa, formada por pequenos proprietários e exigiam no seu programa de reformas o livre comércio, a extinção dos monopólios comerciais, o fim do entrelaçamento entre Igreja e Estado, defesa da pequena propriedade, entre outras (HILL, 1985).

No princípio de 1649, o Parlamento venceu a guerra, instaurando a *Commonwealth* e a República dos puritanos, período em que Oliver Cromwell (1599-1658), general que liderou os Cabeças Redondas na Guerra Civil, governou tiranicamente a Inglaterra (1649-1658). Nesse período, ficou explícito o quanto a *gentry* e a alta burguesia, vencedoras da Revolução Puritana, eram reformadoras e não revolucionárias. A derrubada da monarquia, foi apenas uma consequência inevitável da guerra, as reformas do programa radical, foram apropriadas pela República, porém, sem o conteúdo democrático. Oliver Cromwell assegurou seu governo com mãos-de-ferro, os *levellers* foram esmagados em uma revolta malograda. Contudo, segundo Christopher Hill:

A petição levellerr (...) repudiava toda e qualquer proposta de abolir-se a propriedade, nivelarem-se as condições sociais ou adotar-se uma propriedade comunitária (...) (HILL, 1987, p.129).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Assim, para Hill, o movimento que mais se identificou com os expropriados da terra no seio da revolução burguesa inglesa foi o dos *Diggers* ou *Levellers* autênticos. Partindo de uma interpretação metafórica da Bíblia, o líder desse movimento, Gerrard Winstanley (1609- 1676), sistematizou nos seus escritos um anticlericalismo radical, concebendo um “Deus-Natural”, presente em tudo e interno a todos os homens, os que por essência fazia todos iguais entre si. A apologia de Deus como Razão pretendia libertar o homem de todo jugo opressor exercido pelos proprietários e pelo clero anglicano.

Winstanley propunha um programa baseado nos “direitos naturais” do homem, pois, se estes por nascença eram iguais, deviam igualmente ser livres para “usufruir os frutos da criação”. Essa liberdade residiria no livre uso da terra ao próprio sustento. Portanto, identificando a terra como um “tesouro comum”, Winstanley pensava numa lei agrária, que permitisse o cultivo das terras incultas por comunidades coletivas de camponeses, onde a produção fosse repartida do mesmo modo entre todos os seus membros. Tratando-se, então, de um “comunismo agrário”, o qual poria o mundo de ponta-cabeça. Logo:

O perigo representado pelos diggers devia-se ao fato de que eles convocavam os pobres a se organizarem, autonomamente, em torno de ações práticas” (HILL, 1987, p. 139).

Em 1652, Winstanley, publicou a *The Law of Freedom* (Lei da Liberdade), propondo a abolição da propriedade privada e a instituição da propriedade comunal, fim dos dízimos e das igrejas organizadas, soberania popular, eleições anuais do Parlamento, o direito do povo à resistência armada contra um Parlamento despótico, educação universal e igual.

Winstanley falava em nome dos pobres e desprezados da terra,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

expropriados pelos cercamentos, seus ideais espalharam-se por várias comunidades, acentuando as tensões entre senhores e camponeses, aterrorizando a *gentry* e os proprietários. Entretanto, a política de resistência pacífica dos *diggers*, era onde morava sua debilidade, e terminaram por serem exterminados.

A morte de Cromwell, em 1658, trouxe consigo um clima de medo e instabilidade, as massas populares se revoltavam, a *gentry* e a alta burguesia receavam uma revolução social da plebe.

O Parlamento, com o intuito de restabelecer a “ordem”, utilizou as velhas formas de constituição, e restaurou a monarquia em 1660, quando “(...) Carlos II foi denominado rei (...) pela graça dos mercadores e nobres rurais” (HILL, 1987, p. 103); e restabeleceu a Igreja, objetivando acalmar os ânimos das classes pobres. Porém, tais medidas não passavam de uma “simulação”, o Rei e a Igreja estavam, agora, sob a tutela do Parlamento, sem exercerem qualquer influência.

Mais uma vez, a *gentry* e a alta burguesia, demonstraram suas facetas reformadoras, a supressão das instituições feudais em 1640, não tinha caracterizado um ato revolucionário, a Restauração de 1660, evidenciou que a monarquia e a igreja podiam ser “ressuscitadas”, contanto que estivessem submetidas ao Parlamento e a favor das classes que este representava.

Porém, os monarcas Stuart tentaram decompor a “simulação” em “realização”, romperam com a submissão ao mesmo tempo em que se aproximavam da Igreja Católica e ameaçavam restaurar a antiga monarquia absolutista. O Parlamento agiu rapidamente, sufocando o aparelho de Estado legado dos Stuart, através da Revolução Gloriosa de 1688, isto é, Um golpe de Estado, no qual o Parlamento destituiu Jaime II (1633- 1701), conduzindo o príncipe holandês Guilherme II (1626-1650) ao trono inglês, sob o juramento da



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

*Bill of Rights*, e sem derramamento de sangue, nem desordens sociais, ou possibilidades de revivências das exigências revolucionário-democráticas. Em síntese, um golpe de Estado, que estabeleceu na Inglaterra uma monarquia constitucional, sob a direção do Parlamento. Dessa forma, os detentores do poder até 1640 foram o Rei e a aristocracia feudal, após a revolução, o poder passou para as mãos da *gentry* e da burguesia mercantil. Assim:

Efetivamente, se a Revolução de 1640 colocou as bases do predomínio político da burguesia, sem dúvida não lhe deu o poder diretamente, pois o predomínio político da burguesia se desenvolveu, a princípio, sob o domínio político da nobreza proprietária, para mais tarde a burguesia atingir o poder sob a hegemonia da nobreza e, finalmente, chegar à hegemonia do bloco do poder em 1832 (ARRUDA, 1984, p. 90).

De acordo com o historiador Edward Palmer Thompson (2001, p. 203-226), essa foi uma fase de “longa duração” em que houve preponderância da burguesia fundiária (*gentry*), associada à burguesia, numa estrutura política sem maiores transformações, 150 anos (1688-1832).

O século XVIII revelou este horizonte, a *gentry* como classe verdadeiramente vitoriosa da Revolução nos seus dois momentos: Puritana (1640-1649) e Gloriosa (1688), se imporia como classe dominante, enquanto no outro pólo, a plebe, ainda sem uma consciência de classe organizada, insurgiria ante as tentativas de subjugação.

A Revolução Puritana havia deixado como conseqüência um afrouxamento nos laços de manipulação da Igreja sobre a arraia-miúda, esta se tornou cada vez mais indiferente à religião, o que proporcionou o florescimento de uma cultura plebeia pagã, autônoma e “perigosa”.

Nesse sentido, as práticas paternalistas, baseada nas trocas de favores,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

rodeavam as relações entre *gentry* e plebe. A atitude permissiva e tolerante em face da cultura popular pagã, a aceitação estendida aos direitos e as liberdades dos pobres, tudo corroborava para com a manipulação da turbulência popular pela *gentry*, manifestada quando dos motins de fome (THOMPSON, 1998, p. 150-203), causados pela tentativa de alterar o costume da venda de cereais a plebe nos mercados, o qual proibia a venda antecipada, preços abusivos ou a presença de atravessadores. Segundo Thompson, durante os motins a plebe se voltava contra o inimigo imediato, ou seja, o atravessador ou o comerciante, e não diretamente contra a *gentry*, pela qual possuía um “sentimento” anestésico de gratidão.

A *gentry* saboreava do século em que “o dinheiro dava as cartas”, consolidando sua supremacia, através do modelo parasitário do Estado, utilizando-se da compra e venda de cargos e postos; das concessões, privilégios e contratos comerciais altamente lucrativos, meios também compartilhados com a burguesia, ao passo que a plebe era flagelada.

Ainda segundo Thompson, o próprio termo “plebe” foi criado pela *gentry*, a fim de designar o grosso modo da população, em torno do qual estavam agrupados os miseráveis, pequenos camponeses, criados da fazenda, artesãos rurais, entre outros. Os quais detinham costumes inferiores aos dos “patricios”, estes relacionados com a “honra, dignidade, cortesia e cavalheirismo”.

Dessa forma, a *gentry* encenava uma hegemonia cultural, ostentando riqueza e poder, revelada tanto no estilo teatral de comportamento dos seus membros, quanto na ornamentação dos ambientes cotidianos em que circulavam.

A *gentry* na Inglaterra do século XVIII, exercia esse tipo de hegemonia. E a exercia tão mais eficazmente, porque a relação entre dominante e dominado, não era em geral face a face, mas indireta (THOMPSON, 1998, p. 46).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Uma hegemonia cultural desse tipo, para Thompson, estabelecia como natural os modos de dominação, exploração e autoridade.

### Considerações finais

Todavia, o conceito de Revolução na esfera da Inglaterra do séc. XVII precisa ser problematizado. Pois, a revolução quando impulsionando o capital mercantil, incentivando a política econômica de mercado e lançando as bases para o desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, concordamos com o historiador brasileiro José Jobson Arruda de Andrade Arruda, ao dizer que a Revolução Inglesa foi a “(...) *Grande Revolução Burguesa* da civilização ocidental”(ARRUDA, 1984, p. 94). No entanto, o conceito de *Revolução* é contestável quando analisamos a preservação das estruturas sociais, anulação de qualquer possibilidade da implantação de reformas democráticas em favor das classes pobres, e transferência do poder para uma classe de proprietários fundiários capitalistas (*gentry*). A recusa ao absolutismo monárquico pela burguesia veio antes das divergências entre a política econômica da Coroa e a pretendida por essa burguesia (rural e urbana), e das incompatibilidades entre os resquícios do feudalismo e o embrião do capitalismo, do que qualquer tentativa de transformação radical, os *Levellers* e os *Diggers* foram esmagados, a *gentry* consolidaria seu domínio ao longo do séc. XVIII através de uma burocracia corrupta e métodos paternalistas. Assim, o que se confirmou no movimento inglês do séc. XVII, quando a *Commonwealth* se impôs tão tirânica e maquiavélica em relação às massas populares, quanto à monarquia, foi que o “silêncio” dos reformadores calou o “grito” dos revolucionários.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

### Referências

- ARRUDA, J. J. A. **A Revolução Inglesa** . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- CATANI, A. M. **O Que é Capitalismo** . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- DECCA, E. S. **O Nascimento das Fábricas** . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo** . Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- FLORENZANO, M. **As Revoluções Burguesas** . São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HILL, C. **A Revolução Inglesa de 1640** . Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- \_\_\_\_\_. “Levellers e levellers autênticos” *In: O Mundo de Ponta-Cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640* . São Paulo: Companhia das Letras. 1987, p. 117-155.
- MORUS, T. **A Utopia** . Rio de Janeiro: Edições Ouro. s/d.
- PERROT, M. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revolução na Inglaterra” *In: As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas e SP: UNICAMP. 2001, p. 203-226.
- \_\_\_\_\_. “Patrícios e Plebeus” *In: Costumes em Comum: estudos sobre a Cultura Popular* . Ed. Companhia das Letras. 1998, p. 25-86.
- \_\_\_\_\_. “Economia moral da multidão inglesa do Séc. XVIII” *In Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular* . Companhia das Letras. 1998, p. 150-203.